



PROPOSTAS PARA A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO EM UM CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO OFERTADO NA MODALIDADE DE EaD

Sidnei Renato Silveira (sidneirenato.silveira@gmail.com/UFSM - Universidade Federal de Santa Maria – Campus Frederico Westphalen/RS)

Cristiano Bertolini (cristiano.bertolini@ufsm.br/UFSM - Universidade Federal de Santa Maria – Campus Frederico Westphalen/RS)

Nara Martini Bigolin (nara.bigolin@hotmail.com/ UFSM - Universidade Federal de Santa Maria – Campus Frederico Westphalen/RS)

RESUMO. Este artigo apresenta uma discussão sobre a curricularização da extensão em cursos de graduação ministrados na modalidade a distância, destacando alternativas que estão sendo aplicadas em diferentes Instituições de Ensino Superior, bem como em um Curso de Licenciatura em Computação, ofertado na modalidade de EaD (Educação a Distância) no âmbito da UAB (Universidade Aberta do Brasil). Os resultados apontam a participação ativa dos discentes nas atividades de extensão, especialmente nas que dizem respeito à qualificação de docentes para o uso de TDICs (Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação) nos processos de ensino e de aprendizagem.

Palavras-chave: Educação a Distância. Curricularização da Extensão. Licenciatura em Computação.

ABSTRACT. Proposes to Extension Program in Undergraduate Computing Courses in the Distance Modality. This paper presents a discussion about the extension program in undergraduate courses in the distance modality. It is highlighting alternatives that are being applied in different Higher Education Institutions, as well as in a Computing Degree Course, offered in the distance learning modality within the scope of UAB (Open University of Brazil). The results show the active participation of students in extension programs, especially those related to the qualification of teachers for the use of TDICs (Digital Information and Communication Technologies) in the teaching and learning processes.

Keywords: Distance Education. Extension Program. Degree in Computing.

1. INTRODUÇÃO

A Resolução 7/2018 do Ministério da Educação (MEC, 2018), estabeleceu as diretrizes para as ações de extensão na Educação Superior, sendo definido que os cursos devem desenvolver pelo menos 10% da sua carga horária em atividades de extensão. Esta resolução inclui, também, os cursos ofertados na modalidade de EaD (Educação a Distância), como é o caso do Curso de Licenciatura em Computação, foco deste artigo.

Uma das questões que precisa ser esclarecida, em um primeiro momento, é a diferença entre as Atividades Complementares e as Atividades de Extensão. As Atividades Complementares envolvem um escopo diferenciado, incluindo atividades de pesquisa, monitoria e realização de estágios não obrigatórios, entre outras. As Atividades de Extensão, de acordo com o Ministério da Educação (MEC, 2018), devem ser desenvolvidas no âmbito de programas e projetos de extensão, com a participação ativa dos alunos, não considerando a participação dos mesmos como ouvintes.

Segundo Lima e Coelho (2018)

“A Extensão Universitária na sua concepção como prática acadêmica, pela dialogicidade faz a ponte da universidade com a sociedade, articulando saberes construídos nas atividades de ensino e pesquisa em situações concretas das demandas sociais”. Neste sentido, a curricularização da extensão deve permitir que os alunos fiquem mais próximos da realidade vivida pela comunidade. Além disso, os docentes podem inserir as práticas extensionistas em suas disciplinas, a partir da revisão de suas ementas e metodologias de ensino (LIMA; COELHO, 2018). A experiência relatada por Teleginski e Alegre (2014) destaca que os professores podem, inicialmente, estudarem quais disciplinas possuem atividades práticas que podem ser desenvolvidas em benefício da comunidade e, assim, constituírem-se em atividades extensionistas.

Benetti et al. (2015) destacam que a

“extensão universitária muda a concepção pedagógica de ensino, introduzindo um novo conceito de sala de aula, com novas metodologias de aprendizagem, que apresentam uma preocupação com a formação cidadã e não apenas técnica, e ampliam o acesso e a democratização do saber” (p. 27).

O Curso de Licenciatura em Computação, ofertado na modalidade de EaD no âmbito da UAB (Universidade Aberta do Brasil) na UFSM (Universidade Federal de Santa Maria) ainda não incluiu, oficialmente, as atividades de extensão em sua grade curricular. Essa não inclusão deve-se aos fatos de que a Resolução 7/2018 (MEC, 2018) estabelece um prazo de três anos após a publicação da mesma (prazo este que ainda não se extinguiu), bem como ao processo de reconhecimento do curso, que está sendo encaminhado neste ano. Além disso, a UFSM definiu, por meio da Resolução 003/2019, que a curricularização da extensão será obrigatória a partir de agosto de 2021 (UFSM, 2019). Mesmo assim, estão sendo desenvolvidas ações de extensão com a participação ativa dos estudantes do referido curso, com atuação nos respectivos polos de apoio presencial onde o curso é ofertado: Cruz Alta, Palmeira das Missões, Sarandi, Seberi e Três Passos, todos localizados no Estado do Rio Grande do Sul.

Neste contexto, este artigo apresenta as ações de extensão que estão sendo desenvolvidas no Curso de Licenciatura em Computação, bem como uma discussão acerca da regulamentação destas ações em diferentes Instituições de Ensino Superior brasileiras.

2. O CURSO DE LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO

O Curso de Licenciatura em Computação da UFSM – Campus Frederico Westphalen – RS é ofertado desde o ano de 2017, na modalidade a distância, no âmbito da UAB. O curso foi criado por docentes do Departamento de Tecnologia da Informação no ano de 2013 e submetido ao edital da CAPES no início do ano de 2015 (Edital 075/2014) (CAPES, 2014). Conforme o edital, o curso deveria ter iniciado em 2016 mas, devido a problemas orçamentários, o mesmo iniciou no 1º semestre de 2017. Foram ofertadas 125 vagas, sendo 25 em cada um dos polos da UAB, todos no Estado do Rio Grande do Sul: Cruz Alta, Palmeira das Missões, Sarandi, Seberi e Três Passos (UFSM, 2020).

O Curso possui 3.320 horas, assim distribuídas: 3030 horas de disciplinas obrigatórias (incluindo as 405 horas destinadas ao Estágio Supervisionado), 90 horas de Disciplinas Complementares de Graduação (Optativas) e 200 horas de Atividades Complementares. O objeto de estudo do curso envolve conceitos fundamentais da Ciência e da Tecnologia da Computação; teorias relativas à aprendizagem e sua aplicação em ambientes informatizados de aprendizagem; processos de ensino e de aprendizagem nas áreas de computação e pedagogia (UFSM, 2020).

Os objetivos do Curso de Licenciatura em Computação da UFSM/UAB são (UFSM, 2020):

- Qualificar profissionais capazes de atuarem em empresas que utilizam a tecnologia da informação para capacitação de recursos humanos;
- Qualificar licenciados na área de Computação como agentes capazes de promover um espaço para a interdisciplinaridade, a comunicação e a articulação, entre as diversas disciplinas e áreas do conhecimento do currículo escolar, ou seja, fomentar competências dentro das áreas;
- Qualificar educadores para o ensino de Computação em instituições que introduzirem a computação em seus currículos, como matéria de formação.

Estes educadores devem desenvolver diferentes capacidades, tais como: analisar as atividades desenvolvidas nas instituições em que estejam inseridos, interagindo de forma ativa e solidária com a comunidade; cooperar no processo de discussão, planejamento, execução de ações pedagógicas e avaliação do projeto pedagógico da instituição; compreender o contexto socioeconômico e cultural no qual se encontram, propondo resolução dos desafios encontrados; atuar nas áreas de serviço e apoio escolar ou em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos e de Computação (UFSM, 2020).

Dessa forma, o Curso de Licenciatura em Computação tem, por objetivo, a formação de professores da área de informática, capazes de tratar os conteúdos da ciência da computação, necessários e significativos para o Ensino Fundamental, Médio e Técnico e, também, para atuarem em empresas de consultoria e assessoria em informática, empresas de desenvolvimento de software educacional, empresas que utilizam a Tecnologia da Informação para capacitação de funcionários. Como futuros professores da área de informática, os Licenciados em Computação deverão atuar, como estabelece o PPC do curso, interagindo de forma ativa e solidária com a comunidade. As atividades de extensão, entre outros aspectos, permitem essa

inserção ativa na comunidade, por meio do desenvolvimento de projetos que visem a integrar os conhecimentos estudados na universidade com a sociedade, além de propiciarem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, preconizada pelo MEC (DALMOLIN; VIEIRA, 2015; SILVEIRA; FELIPPE, 2008).

3. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: REGULAMENTAÇÃO

Nesta seção são apresentadas algumas experiências realizadas por diferentes Instituições de Ensino Superior brasileiras, voltadas à regulamentação das ações de extensão nos currículos dos cursos de graduação.

A FACIMED (Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal), no Estado de Rondônia, definiu, em seu Regulamento Institucional de Curricularização da Extensão que: “A atividade de extensão que pode ser curricularizada é aquela na qual o estudante é o agente ativo da atividade. Sendo assim, não pode ser curricularizada uma atividade na qual o estudante é um ouvinte”. Esta definição é importante para clarificar uma das diferenças entre as Atividades Complementares e as Atividades de Extensão. Se um aluno participar de um curso de extensão, como ouvinte, ele estará contabilizando horas de Atividades Complementares. Somente se ele participar ativamente da atividade (por exemplo, como um dos organizadores) é que a mesma poderá ser contabilizada como Atividade de Extensão (FACIMED, 2020).

O mesmo regulamento define como as Atividades de Extensão poderão ser incluídas nos currículos dos cursos, a partir da definição de seus respectivos PPCs (Projetos Pedagógicos de Curso): 1) integrando as unidades curriculares (disciplinas), prevendo a dedicação de parte da carga horária das mesmas para a realização de Atividades de Extensão (desde que previstas em um ou mais Programas de Extensão) e 2) como Atividade de Extensão na forma de componente curricular, constituída de ações de extensão em projetos, cursos, eventos e prestação de serviços (FACIMED, 2020). A UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) definiu a mesma estratégia da FACIMED para a inserção curricular das Atividades de Extensão (UFSC, 2020).

A UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) definiu que as Atividades de Extensão que podem ser contabilizadas na curricularização da extensão são programas e projetos. As demais modalidades de ações de extensão, tais como cursos e eventos serão consideradas Atividades Curriculares de Extensão desde que estejam vinculadas a programas e projetos de extensão devidamente aprovados e registrados internamente e desde que os alunos participem da organização e/ou execução das mesmas. A UFPE, diferente da FACIMED, não prevê a oferta de Atividades de Extensão em formato de unidade curricular (disciplina) (UFPE, 2020).

A UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) definiu que a curricularização da extensão se daria por meio de disciplinas já existentes em alguns cursos e/ou pela criação de um conjunto de requisitos curriculares suplementares, denominados Atividades Curriculares de Extensão, cujo formato deve ser definido e regulamentado pelos cursos, em seus respectivos Projetos Pedagógicos (BENETTI et al., 2015).

A UFSM, instituição que oferta o Curso de Licenciatura em Computação destacado neste artigo, regulamentou a inserção das ações de extensão nos currículos dos cursos de graduação por meio da Resolução 003/2019 (UFSM, 2019), definindo as seguintes modalidades: 1) Ações Complementares de Extensão (Programa, Projeto, Curso, Evento e Prestação de

Serviços), desenvolvidas paralelamente aos demais componentes curriculares; 2) componentes curriculares com destinação de carga horária prática para extensão e 3) componentes curriculares vinculados à existência prévia de programas e/ou projetos de extensão, com carga horária teórica destinada à finalidade instrutiva, onde a parte prática é executada dentro dos programas e/ou projetos.

4. CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO: EXPERIÊNCIAS REALIZADAS

Atualmente, o Curso de Licenciatura em Computação ainda não implantou, de forma oficial, as atividades de extensão em sua grade curricular, já que a Resolução 003/2019 da UFSM estabelece, como prazo de implantação, o mês de agosto de 2021. Mesmo assim, os docentes têm desenvolvidos projetos de extensão com a parceria ativa dos discentes. Entre os projetos destacam-se os que envolvem a qualificação docente.

A qualificação de docentes, de diferentes áreas do conhecimento, para utilizarem as TDICs (Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação) para apoiar os processos de ensino e de aprendizagem é um dos focos do Curso de Licenciatura em Computação. Além disso, muitos alunos do curso já são graduados em outras áreas e atuam na área de Educação, como professores em Escolas Públicas Estaduais e Municipais e, também, em instituições particulares. Essas experiências profissionais fizeram que os alunos desenvolvessem o interesse pela qualificação de seus colegas. Sendo assim, a partir dos conteúdos estudados no Curso de Licenciatura em Computação, os alunos que já atuam como professores em outras áreas do conhecimento (tais como Alfabetização, Geografia, História, Matemática, entre outras), decidiram focar seus esforços na qualificação docente, impulsionando o desenvolvimento de projetos de extensão.

Timm e Groenwald (2018) desenvolveram uma proposta para a curricularização da extensão em um Curso de Licenciatura em Matemática, utilizando a mesma estratégia apresentada neste artigo, compreendendo projetos de extensão. Segundo Timm e Groenwald (2018, p. 213)

“...projetos de extensão universitária, visto que estes são considerados quando se realizam processos contínuos de caráter educativo e social, com objetivos específicos e prazos determinados. Para atingir os objetivos pedagógicos da extensão universitária, devem-se planejar projetos de extensão que sejam, também, processos de aprendizagem. Esses projetos devem contemplar temáticas de interesse para a comunidade escolar, envolvendo, preferencialmente, pais, alunos e professores no processo de ensino e aprendizagem da matemática, sendo realizadas a difusão e a socialização do conhecimento detido na academia, produzido pelas pesquisas realizadas pelos acadêmicos”.

Neste artigo são apresentados dois projetos de extensão que encontram-se em desenvolvimento, voltados à qualificação docente, nas áreas de Pensamento Computacional e AVAs (Ambientes Virtuais de Aprendizagem).

4.1 Pensamento Computacional

O projeto de extensão “Formação Docente: Desenvolvimento do Pensamento Computacional nos Anos Finais do Ensino Fundamental” objetiva o desenvolvimento de materiais

didáticos-digitais e a realização de cursos de extensão, na modalidade de Ead (Educação a Distância), empregando o AVA *Moodle*, visando à formação de docentes que atuam na Educação Básica, do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental, interessados em desenvolver atividades ligadas ao Pensamento Computacional.

O projeto está sendo desenvolvido por docentes do Departamento de Tecnologia da Informação e conta com alunos do Curso de Licenciatura em Computação, atuando como voluntários. Esta equipe elaborou materiais didáticos-digitais que estão sendo aplicados em cursos de extensão, visando à formação de professores da Educação Básica, de forma gratuita.

A realização deste projeto possibilita a discussão das práticas pedagógicas e estimula a troca de experiências na área do Pensamento Computacional, bem como a articulação entre as diferentes disciplinas e a área de Computação na Educação Básica.

O ensino de conceitos básicos de computação nas escolas é fundamental para construir o raciocínio computacional da criança e do adolescente. Neste sentido, os conteúdos propostos para a construção dos materiais didáticos-digitais foram baseados na proposta de inserção do Pensamento Computacional na Base Nacional Curricular Comum (BNCC), elaborada pela Sociedade Brasileira de Computação (SBC, 2017; SBC, 2018).

O projeto está sendo desenvolvido em duas fases principais: 1) elaboração dos materiais didáticos-digitais e 2) realização dos cursos de extensão voltados à formação docente.

Para a 1ª fase (elaboração dos materiais didáticos-digitais), os docentes participantes do projeto selecionaram ferramentas e conteúdos que pudessem ser aplicados no Ensino Fundamental, especialmente voltados para os anos finais desta etapa (do 5º ao 9º ano), com base na proposta elaborada pela Sociedade Brasileira de Computação (SBC, 2018). Neste contexto escolheu-se a ferramenta *Scratch*.

A ferramenta *Scratch* permite criar jogos, animações e histórias interativas, além de permitir o compartilhamento dessas criações com outras pessoas. Esta ferramenta estimula a criatividade, o raciocínio sistêmico e o trabalho colaborativo. O *Scratch* é um projeto do grupo *Lifelong Kindergarten* do Media Lab do MIT (*Massachusetts Institute of Technology*). Ele é disponibilizado gratuitamente por meio do endereço <https://scratch.mit.edu> (SCRATCH BRASIL, 2020).

O *Scratch* foi projetado especialmente para usuários com idades entre 8 e 16 anos, mas é usado por pessoas de todas as faixas etárias. Atualmente, a habilidade de escrever programas de computador é uma parte importante da alfabetização na sociedade. Quando as pessoas aprendem a programar no *Scratch*, elas aprendem estratégias importantes para resolver problemas, desenvolver projetos e comunicar ideias.

Na 2ª fase (realização dos cursos de extensão), foram divulgados, para a comunidade externa (especialmente professores da Educação Básica com atuação nos anos finais do ensino fundamental), o período de inscrição, critérios de seleção e de realização dos cursos. Os cursos são ministrados, virtualmente, pelos docentes e discentes integrantes do projeto, utilizando os recursos do AVA *Moodle*. Já foi realizada uma primeira edição do curso, ofertando 50 (cinquenta) vagas. Os cursos têm duração de 40 horas-aula.

4.2 Qualificação Docente para uso do *Google Classroom*

O projeto de extensão “Formação Docente: capacitação para utilização do Google Classroom durante a pandemia de COVID-19” objetiva a realização de cursos de extensão, na modalidade de EaD, visando a preparar os docentes de escolas públicas para utilizarem a plataforma *Google Classroom* em suas atividades pedagógicas, tendo-se em vista o isolamento social adotado em meio à pandemia de COVID-19. Como as atividades letivas estão sendo realizadas a distância, por meio do ensino remoto, algumas instituições de ensino estão empregando TDICs, tais como a ferramenta *Google Classroom*. Sendo assim, como grande parte dos docentes não está preparado para realizar as atividades apoiadas pelas TDICs, a realização deste projeto possui um impacto positivo na comunidade, em meio ao isolamento social devido à pandemia de COVID-19 (COSTA, D., 2020).

Neste ano de 2020 professores e alunos estão vivenciando uma situação totalmente nova devido à pandemia de COVID-19. Devido ao isolamento social, para evitar o contágio do coronavírus, as instituições de ensino estão fechadas e todas as atividades ligadas aos processos de ensino e de aprendizagem estão sendo desenvolvidas a distância. Algumas escolas estão solicitando que os pais dos alunos busquem, semanalmente, atividades que são entregues de forma impressa. Outras estão utilizando recursos das TDICs, tais como *e-mail*, *WhatsApp* e AVAs (COSTA, D., 2020; SPONCHIATO, 2020).

O *Google Classroom* (ou Google Sala de Aula) é uma ferramenta gratuita para escola, organizações sem fins lucrativos e qualquer usuário que tenha uma conta do *Google* pessoal. A ferramenta permite a criação de turmas, distribuição de tarefas, comunicação entre os participantes e organização do espaço da sala de aula virtual. A ferramenta permite a inserção de tarefas e atribuição de notas às mesmas. A interação entre os professores e alunos pode ser realizada por meio do mural da turma. Além disso, a ferramenta permite a inserção de vídeos, um dos recursos mais utilizados atualmente pelos professores, em meio ao isolamento social (GOOGLE, 2020).

A SEDUC (Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul) definiu que, a partir de junho, as atividades letivas nas Escolas Públicas Estaduais serão desenvolvidas de forma remota, por meio do *Google Classroom* (SEDUC-RS, 2020). Sendo assim, este projeto é mais uma ferramenta de apoio aos professores, para que os mesmos sejam capacitados e tenham um canal para esclarecer dúvidas e trocar experiências com outros docentes.

O projeto está sendo desenvolvido por docentes do Departamento de Tecnologia da Informação e por alunos do Curso de Licenciatura em Computação, que elaboraram materiais didáticos-digitais aplicados em cursos de extensão, visando à formação de professores da Educação Básica, de forma gratuita.

O que se verificou, por meio da observação do trabalho desenvolvido pelos docentes, é que a maioria não estava preparada para desenvolver as atividades mediadas pelas TDICs e, além disso, não estava preparada para definir e adotar uma metodologia que não usasse o AVA apenas como um repositório de textos e de entrega de atividades, repetindo o modelo tradicional de ensino, apenas alterando-o para o meio digital. Tal observação revela que existe uma lacuna na formação docente, no que envolvem não só as TDICs mas, também, o uso de metodologias de ensino adequadas.

Como estamos em meio ao isolamento social devido à pandemia de COVID-19, os encontros presenciais estão suspensos. Sendo assim, os encontros entre os professores e alunos

têm sido realizados de forma virtual, por meio da aplicação das TDICs, em especial as ferramentas de comunicação por meio da Internet.

Neste sentido, faz-se necessário que os docentes participem de ações de qualificação para que eles possam utilizar estas ferramentas da maneira adequada, incentivando a interação tanto do professor com os seus alunos como entre os próprios alunos, visando o aproveitamento do que há de melhor em cada uma dessas ferramentas de forma a permitir um compartilhamento efetivo de conhecimento. Segundo Pimentel e Carvalho (2020), este é um momento oportuno para discutir a prática pedagógica, pois a pandemia de COVID-19 é uma situação sem precedentes.

Além de utilizar as TDICs, para apoiar os processos de ensino e aprendizagem em meio à pandemia de COVID-19, essas tecnologias podem ser utilizadas para ofertar, para os próprios docentes, programas de formação continuada, ou seja, além dos docentes ensinarem por meio das TDIC, eles também podem aprender por meio delas. A utilização das TDICs é um ponto importante para a inclusão digital, tão necessária na atual sociedade do conhecimento.

Entretanto, a urgência na realização das atividades a distância deixou clara a desigualdade que existe entre os públicos das instituições públicas e privadas, bem como a dificuldade dos docentes para aplicarem as TDIC em suas atividades. Segundo resultados de uma pesquisa realizada pelo Instituto Península, 83% dos docentes não se sentem preparados para desenvolver suas atividades a distância e, grande parte, faz o contato com pais e alunos apenas via *whatsapp*. Esta mesma pesquisa ainda revela que 90% dos professores nunca tinham atuado na modalidade a distância e 55% não receberam nenhum tipo de apoio ou treinamento para desenvolverem essas atividades (INSTITUTO PENÍNSULA, 2020). As questões socioeconômicas também estão presentes, distanciando os professores e alunos de escolas privadas (que possuem recursos para dar o suporte tecnológico necessário para a realização das atividades a distância) e os pertencentes às escolas públicas, com maiores dificuldades, inclusive de acesso à Internet (CORADINI, 2020; TENENTE, 2020).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou uma discussão sobre a curricularização das atividades de extensão, destacando as alternativas implantadas, ainda que em fase inicial, no Curso de Licenciatura em Computação. Os projetos destacados encontram-se em andamento e compreendem a qualificação docente para o uso de TDICs, sendo instrumentos para a inclusão digital, tão necessária na sociedade do conhecimento. O projeto de extensão voltado à qualificação dos docentes para utilização do *Google Classroom* já está ofertando a segunda turma. A primeira turma concluiu o curso em junho, contando com trinta e cinco professores de Escolas Públicas Estaduais.

O apoio à qualificação docente é importante para preparar os professores para inserirem as TDICs no seu fazer pedagógico, especialmente quando destacamos o período de isolamento social devido à pandemia de COVID-19, em que as aulas estão sendo ministradas de forma remota. Além disso, os alunos, atualmente, são nativos digitais, e estão acostumados a utilizar as mais variadas TDICs. Sendo assim, a Educação não pode ficar à margem do desenvolvimento tecnológico e da sociedade do conhecimento. Acredita-se que, as Instituições de

Ensino Superior, precisam estar na vanguarda do conhecimento, além de estimularem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Para isso, a aplicação de TDICs (além do estudo e implementação de novas tecnologias), podem ser abordadas no ensino, na pesquisa e na extensão. Ferramentas, tais como as apresentadas neste artigo (*Scratch* e *Google Classroom*) podem ser aplicadas em diferentes disciplinas (ensino), pesquisas podem ser realizadas, visando a identificar as potencialidades e desafios na aplicação das TDICs nos processos de ensino e de aprendizagem e projetos de extensão podem ser desenvolvidos (como os destacados neste texto). Além disso, os resultados dos projetos de pesquisa e de extensão podem ser utilizados para retroalimentar a discussão sobre a aplicação das TDICs na formação de novos professores (Licenciaturas) e qualificação docente.

Com relação à regulamentação da curricularização da extensão (algumas instituições também denominam de creditação da extensão), as instituições mencionadas neste artigo apresentam poucas inovações, limitando-se a estabelecer que as atividades devem ser integradas a programas e/ou projetos de extensão já aprovados. Mesmo assim, acredita-se que a curricularização da extensão permitirá que todos os discentes participem das atividades extensionistas o que, até então, não era possível. Esta participação permitirá o envolvimento dos discentes em ações extramuros, compartilhando o conhecimento produzido no ambiente universitário com a sociedade e retroalimentando as atividades ligadas aos processos de ensino e de aprendizagem, possibilitando a efetivação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Imperatore et al. (2015) trazem uma discussão questionando se é uma curricularização da extensão ou se é uma “extensionalização do currículo”. Neste contexto, destacam alguns questionamentos que envolvem a quantificação da extensão (devido à obrigatoriedade da inclusão de 10% da carga horária de atividades extensionistas nos cursos), a falta de compreensão de muitos gestores educacionais sobre as ações de extensão, confundindo-as com prestação de serviços e responsabilidade social, entre outros. Estes questionamentos também compreendem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e não a mera integração da extensão ao currículo.

Uma discussão que precisa ser feita é sobre os cursos presenciais noturnos, visto que os alunos que estudam neste período, geralmente, trabalham durante o dia. Com relação aos cursos ministrados na modalidade de EaD, como é o caso do curso de Licenciatura em Computação, muitos alunos estudam a distância justamente pelo fato de que atuam profissionalmente e dispõem de pouco tempo para realizar os estudos. Neste sentido, o cenário da pandemia de COVID-19 possibilitou que estas atividades pudessem, mesmo que de forma emergencial, serem desenvolvidas a distância. Acredita-se que o futuro da sociedade do conhecimento compreende o encurtamento das distâncias geográficas, por meio do uso das TDICs, para apoiar todas as atividades, tais como transações bancárias, movimentações comerciais, processos de ensino e de aprendizagem, teletrabalho, entre outras. Entretanto, este distanciamento não é o meio natural de vida do ser humano. Apesar das inúmeras ferramentas tecnológicas, o contato presencial ainda é importante, mesmo em cursos ministrados na modalidade de EaD e, também, em projetos de extensão. Durante a pandemia de COVID-19 estão sendo estudados os efeitos nocivos deste distanciamento social. A pandemia de COVID-19 ainda terá impactos em todos os âmbitos da sociedade que precisarão ser identificados e discutidos com maior profundidade (COSTA, F. B., 2020; MAIA, 2020; MARI, 2020).

REFERÊNCIAS

BENETTI, P. C.; SOUSA, A. I.; SOUZA, M. H. N. **Creditação da Extensão Universitária nos Cursos de Graduação**: relato de experiência. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/337725538_CREDITACAO_DA_EXTENSAO_UNIVERSITARIA_NOS_CURSOS_DE_GRADUACAO_RELATO_DE_EXPERIENCIA.

Acesso em: 15 jul. 2020.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Edital 075/2014 UAB**. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Edital-075-2014-UAB.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CORADINI, L. Ensino remoto durante crise pandêmica agrava as desigualdades. **Sul 21**, 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/05/ensino-remoto-durante-crise-pandemica-agrava-as-desigualdades-por-lucas-coradini/>. Acesso em: 12 mai. 2020.

COSTA, D. **Começa implantação das Aulas Remotas na Rede Estadual de Ensino**. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/comeca-implantacao-das-aulas-remotas-na-rede-estadual-de-ensino>. Acesso em: 22 jul. 2020.

COSTA, F. B. **A Saúde Mental em meio à Pandemia da COVID-19**. Disponível em: <http://www.saude.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/03/Nota-Informativa-A-Sa%C3%BAdede-Mental-e-a-Pandemia-de-COVID19-poss%C3%ADveis-impactos-e-dicas-de-gerencia-para-a-popula%C3%A7%C3%A3o-geral.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2020b.

DALMOLIN, B. M.; VIEIRA, A. J. H. Curricularização da Extensão: potências e desafios no contexto da gestão acadêmica. **Anais do EDUCERE – XII Congresso Nacional de Educação**, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20159_9517.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

FACIMED. Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal. **Regulamento Institucional Curricularização da Extensão nos Cursos de Graduação (Presenciais e a Distância)**. Acesso em: <http://facimed.edu.br/artigos/ler/regulamentos-219>. Acesso em 21 jul. 2020.

GOOGLE. **Google Classroom**. Disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=com.google.android.apps.classroom&hl=pt_BR. Acesso em: 20 jun. 2020.

IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V.; IMPERATORE, J. L. R. Curricularizar a Extensão ou Extensionalizar o Currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. **XV Colóquio Internacional de Gestão Universitária**, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/136064>. Acesso em: 21 jul. 2020.

INSTITUTO PENÍNSULA. **Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do Coronavírus no Brasil**. Disponível em: <https://www.institutopeninsula.org.br/pesquisa-sentimento-e-percepcao-dos-professores-nos-diferentes-estagios-do-coronavirus-no-brasil/>. Acesso em: 13 mai. 2020.

LIMA, D. S. C.; COELHO, F. O. **Curricularização da Extensão Universitária**: experiências do processo de construção na Univale. 2018. Disponível em: <https://www.univale.br/wp->

content/uploads/2019/09/PEDAGOGIA-2018_2-CURRICULARIZA%C3%87%C3%83O-DA-EXTENS%C3%83O-UNIVERSIT%C3%81RIA-EXPERI%C3%8ANCIAS-DO-PROCESSO-DE-CONSTRU%C3%87%C3%83O-NA-UNIVALE.-DALBANI.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

MAIA, B. R.; DIAS, P. C. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 37, maio, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000100504&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 jun. 2020.

MARI, J. J. **Quais os principais efeitos da pandemia na saúde mental?** Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/noticias-antiores-dci/item/4395-quais-os-principais-efeitos-da-pandemia-na-saude-mental>. 2020. Acesso em: 13. jun. 2020.

MEC. Ministério da Educação. **Resolução 7, de 18 de dezembro de 2018:** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 jul. 2020.

PIMENTEL, M.; CARVALHO, F. S. P. Princípios da Educação Online: para sua aula não ficar massiva nem maçante!. **SBC Horizontes**, maio 2020. ISSN 2175-9235. Disponível em: <<http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/05/23/principios-educacao-online>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

SBC. Sociedade Brasileira de Computação. **Referenciais de Formação em Computação:** Educação Básica. 2017. Disponível em: <<http://www.sbc.org.br/documentos-da-sbc/send/131-curriculos-de-referencia/1166-referenciais-de-formacao-em-computacao-educacao-basica-julho-2017>>. Acesso em: 23 mai. 2019.

SBC. Sociedade Brasileira de Computação. **Diretrizes para o Ensino de Computação Básica.** Documento Interno da Comissão de Educação Básica da SBC, 2018.

SCRATCH BRASIL. **Você conhece o Scratch?** Disponível em: <<http://www.scratchbrasil.net.br/index.php/sobre-o-scratch.html>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

SEDUC-RS. Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. (2020) **Começa Implantação das Aulas Remotas na Rede Estadual de Ensino.** 02 de junho de 2020. Disponível em: <http://portal.educacao.rs.gov.br/Main/Noticia/Visualizar/portalseduc/Comeca-implantacao-das-Aulas-Remotas-na-Rede-Estadual-de-E ensino>. Acesso em: 14. jun. 2020.

SILVEIRA, S. R.; FELIPPE, B. T. O Trabalho da Coordenação Ampliada na Gestão Acadêmica de Cursos de Graduação. **Anais do II FGCoordI – Fórum Gaúcho de Coordenadores de Cursos de Informática.** Porto Alegre: UniRitter, 2008.

SPONCHIATO, D. **Coronavírus:** como a pandemia nasceu de uma zoonose. Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/coronavirus-pandemia-zoonose/>. Acesso em 24 abr. 2020.

TELEGINSKI, D. E.; ALEGRE, L. M. P. A Curricularização da Extensão nos Cursos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. **Anais do Seminário de Extensão e Inovação da UTFPR, 2014.** Disponível em: <https://docplayer.com.br/24226733-A-curricularizacao-da-ensao-nos-cursos-da-universidade-tecnologica-federal-do-parana.html>. Acesso em: 21 jul. 2020.

TENENTE, L. Sem Internet, merenda e lugar para estudar: veja obstáculos do ensino a distância na rede pública durante a pandemia de Covid-19. **Portal G1**, 05 de maio de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/05/sem-internet-merenda-e-lugar-para-estudar-veja-obstaculos-do-ensino-a-distancia-na-rede-publica-durante-a-pandemia-de-covid-19.ghtml>>. Acesso em: 23 mai. 2020.

TIMM, U. T.; GROENWALD, C. L. O. A curricularização da extensão universitária em um curso de formação de professores de matemática. **Cadernos CENPEC**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 207-234, jan./jul. 2018. Disponível em: <http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/395>. Acesso em: 22 jul. 2020.

UFPE. Universidade Federal de Pernambuco. **Curricularização/Creditação da Extensão**. Disponível em: <https://www.ufpe.br/proexc/curricularizacao>. Acesso em: 22 jul. 2020.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Resolução Normativa 01/2020/CGRAD/CEEx de 03 de março de 2020**: Dispõe sobre a inserção da Extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://curricularizacaoaextensao.ufsc.br/files/2020/03/RESOLU%C3%87%C3%83O-CURRICULARIZA%C3%87%C3%83O-DA-EXTENS%C3%83O-2-1.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. **Resolução 003/2019**: Regula a inserção das ações de extensão nos currículos dos cursos de graduação. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/documentos/publico/documento.html?id=11902237>. Acesso em: 21 jul. 2020.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Computação**. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/frederico/index.php/curso/educacao-a-distancia-ead?layout=edit&id=1962>>. Acesso em: 14 mai. 2020.